

## **Adolescência e conflitos interparentais: uma perspectiva de resiliência<sup>7</sup>**

**Catarina Pinheiro Mota & Paula Mena Matos**

O presente texto procura problematizar as implicações dos conflitos interparentais no desenvolvimento emocional e na adaptação psicossocial de adolescentes. Pretende-se dar relevância à qualidade das relações estabelecidas com as figuras parentais, bem como outras figuras significativas, particularizando a importância dos irmãos e dos avós, no sentido de entender os seus contributos para a reorganização interna da esfera emocional aquando de situações de risco. A revisão da literatura e a análise de estudos empíricos suportam a ideia de que os conflitos interparentais representam um factor dominante na desadaptação dos adolescentes quando comparados com o divórcio parental. A dimensão da resolução dos conflitos interparentais é entendida, aqui, numa perspectiva sistémica, enquanto processo resiliente fundamental no desenvolvimento afectivo dos adolescentes e na representação futura de si e das suas relações interpessoais. Destaca-se a importância da investigação nesta temática no sentido de sensibilizar práticas parentais e intervenções psicoterapêuticas.

### **Introdução**

Actualmente a temática dos conflitos interparentais tem vindo a ser cada vez mais abordada à luz dos efeitos adversos no bem-estar da família e particularmente dos filhos. À medida que os estudos desenvolvimentais se expandem presta-se mais atenção ao contexto, não só às condições de sustentabilidade física, mas também ao contexto emocional. Está já ultrapassada a ideia de que viver no seio de uma família intacta (entenda-se a família dita tradicional) seja sinónimo de garantia de estabilidade afectiva e de desenvolvimento emocional harmonioso. Esta questão torna-se cada vez mais evidente na realidade dos jovens que experimentam processos de descontinuidade afectiva na família. Este facto, paralelamente a outros aspectos de ordem pessoal, pode ser evidente nas nossas escolas (desadaptação, dificuldades de aprendizagem, ...) e na procura de ajuda técnica perante a evidência de sintomatologia (depressiva, ansiosa, ...) que conduz facilmente à internalização e externalização de comportamentos. Assim, analisando paulatinamente os contextos familiares e as dificuldades evidenciadas pelos filhos percebemos que a vivência afectiva e particularmente o desenvolvimento de uma vinculação segura podem ser elementos relevantes. Não pretendemos com isto transmitir uma perspectiva

<sup>7</sup> O presente capítulo foi apoiado pelo projecto PTDC/PSI/65416/2006 da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

determinista, todavia a literatura e a experiência clínica apoiam largamente a ideia de que a qualidade da relação que se desenvolve entre pais (figuras cuidadoras primárias) e os filhos pode ser relevante no sentido de criar bases seguras que potencializam mais estabilidade nas relações presentes e futuras (Ainsworth, 1989; Bowlby, 1988; Bretherton, 2000; Cummings, Davies, & Campbell, 2000).

Ao mesmo tempo existem outras figuras significativas que podem desempenhar papéis fundamentais para o desenvolvimento afectivo das crianças e adolescentes, como sendo os irmãos, os tios e os avós. A presença de figuras alternativas, disponíveis e contentoras constitui uma fonte de apoio e segurança emocional, em particular aquando da existência de tensões ou quebras emocionais com as figuras parentais, precipitadas entre outros, por conflitos interparentais e conjugais intensos e frequentes, tornando-se os pais mais distantes e indisponíveis. Esta abordagem torna-se um ponto fundamental neste capítulo pelo que de seguida daremos ênfase aos processos subjacentes aos conflitos interparentais. Pretendemos acentuar a ideia de desmistificação da “família ideal” uma vez que em si os conflitos, desacordos e discussões interparentais podem ser benéficos para o crescimento do sistema familiar. A resolução dos conflitos e a percepção que os filhos detêm desse processo são temas pouco valorizados na literatura, contudo numa perspectiva de resiliência podem ser elementos fundamentais para a organização das estruturas internas e para a construção do conceito de si e dos outros, bem como para a representação das relações entre os indivíduos.

O divórcio constitui outra questão que se torna pertinente abordar neste contexto dado que surge frequentemente associada aos conflitos interparentais. Actualmente o divórcio trata-se de uma realidade cada vez mais habitual, todavia ao contrário do que estamos frequentemente habituados a ver na literatura, a condição de separação parental não tem que ser necessariamente associada a conflitos interparentais continuados. Pretendemos discutir mais adiante esta questão à luz de investigações realizadas em Portugal, assumindo ainda uma perspectiva crítica no que diz respeito à resolução dos conflitos. Julgamos que uma análise cuidada desta temática poderá ser extrapolada para futuros estudos; por outro lado parece-nos relevante que o fruto destas reflexões seja transportado para a opinião pública e particularmente para a intervenção clínica.

### **Conflitos interparentais – Da evolução do estatuto da criança ao desenvolvimento de modelos conceptuais**

Os conflitos interparentais constituem presentemente uma temática cuja preocupação principal se relaciona com o desenvolvimento emocional dos filhos, estando mais clara uma associação entre a existência de conflitos interparentais e o prejuízo de um ambiente propício ao bem-estar das crianças e adolescentes (Cummings & Davies, 2002). Esta questão constitui um importante progresso sob o ponto de vista da forma como se entendem as dinâmicas relacionais, pelo que o papel das crianças e adolescentes comporta agora um cariz bem delimitado face aos adultos dentro do seio familiar. Todavia, como sabemos, esta dinâmica nem sempre foi tão clara. Desde logo o estatuto de criança e adolescente assume contornos relativamente

recentes. Remontando à sociedade tradicional, havia dificuldade em conceber esta noção, pelo que a infância se reduzia a um período de maior fragilidade. As práticas e ideias de então promoviam muitos actos socialmente aceites relativamente à infância e que hoje parecem completamente desadequados (Fernández, 1996). Mais tarde, ao longo dos séculos XVII e XVIII, novas concepções sociais, aliadas a correntes filosóficas, jurídicas e religiosas desenvolvem um esforço pela diminuição da instabilidade e precariedade de condições associadas às crianças, particularmente as mais desfavorecidas que frequentemente eram conduzidas ao infanticídio. Magalhães (2004) descreve este percurso como sendo algo controverso, pelo que a preocupação genuína com a protecção do estatuto das crianças se encontrava condicionado pela necessidade de controlo da ordem socialmente aceite. Falamos da preocupação em manter padrões educativos nas crianças com vista a evitar importunos sociais advindos dos perigos morais, da indisciplina e da delinquência. Em Portugal só no século XX se estabelece uma verdadeira *Lei da Infância e Juventude*, criada na sua essência para proteger menores e que viria a culminar em 1999 na “*Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*” (Alberto, 2004).

Sobre este percurso, clarificamos hoje em dia os estatutos das crianças e jovens cuja integridade física e emocional deve ser respeitada. De acordo com a actual Lei 147/99 de 1 de Setembro está consagrado o princípio da subsidiariedade, tendo como objectivo “a promoção dos direitos e a protecção das crianças e jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (Alberto, 2004). Esta promoção dos direitos e a protecção justifica a intervenção psicossocial e jurídica, não só quando a criança ou jovem está sujeita a maus tratos físicos, emocionais ou é vítima de negligência, mas também quando ela está sujeita de forma directa ou indirecta a ambientes que afectem gravemente a segurança ou o seu equilíbrio emocional como seja a exposição continuada a conflitos interparentais.

Enquadrados nesta preocupação, diversos estudos têm vindo a analisar a qualidade dos contextos em que as crianças e jovens estão inseridos e os seus efeitos sobre o desenvolvimento psicológico. Cabe todavia apontar algumas vicissitudes encontradas num passado mais recente que se prendem com questões culturais, nomeadamente na qualidade das relações e na dinâmica parental. Particularmente a figura do pai, tida como mais ausente e coerciva, carecia de uma valorização afectiva em virtude da ênfase social na garantia de abrigo e subsistência alimentar (Magalhães, 2004). Ao mesmo tempo, apesar de reconhecida uma certa vulnerabilidade ao estatuto das crianças e jovens, ainda recentemente se entendia que estes estariam alheios ao relacionamento conflituoso entre as figuras parentais, sendo considerado “normal” um nível de desacordo e desequilíbrio de poderes que geralmente conduzia a resignação, frequentemente da figura materna.

Face a esta realidade alguns investigadores dedicaram os seus estudos à dinâmica interparental, conferindo um olhar atento à associação entre conflitos interparentais e as dificuldades aportadas ao desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens. Emery e O’Leary (1982) constituem a primeira geração de investigadores a destacar a vulnerabilidade no seio familiar derivada da ocorrência de conflitos interparentais persistentes e continuados, sublinhando ainda uma associação à psicopatologia

infantil, especialmente a desordens de internalização (Johnston, Gonzalez & Campbell, 1987), externalização (Jouriles, Murphy & O'Leary, 1989) e associações significativas com estados depressivos da figura materna (Cummings, Davies, & Campbell, 2000). Ainda nesta sequência Katz e Gottman (1993) apontam alguns trabalhos relacionados com a importância da satisfação no relacionamento conjugal, observando a sua relação com a qualidade do desenvolvimento relacional dos filhos.

Ao encontro destes estudos tornou-se mais clara a importância dos conflitos interparentais para o desenvolvimento dos jovens, contudo existem ainda algumas questões menos claras respeitantes à forma como este processo se desenrola. Torna-se deste modo pertinente colocar a questão se todas as famílias com conflitos interparentais interferem de igual forma no desenvolvimento das crianças e jovens. Ou se serão os conflitos interparentais por si só a causa de prejuízo? Haverão conteúdos trazidos aos conflitos mais perniciosos do que outros? Julgamos que é de todo relevante perceber não só a perspectiva do casal, mas mais que tudo qual a significação da perspectiva das crianças e adolescentes face à realidade conflictual dos pais.

Equacionando uma perspectiva sistémica e ecológica não podemos deixar de ressaltar a importância dos contextos dentro e fora de casa, bem como a articulação dinâmica entre os diferentes contextos de vida da criança e do adolescente. Para além disso, condições educacionais, sócio-económicas e eventualmente as propriedades dos conflitos interparentais, nomeadamente a *intensidade*, a *frequência* e mais que tudo a sua *resolução*, que iremos abordar mais adiante. Paralelamente há ainda factores de ordem pessoal, quer dos pais, quer dos filhos que podem ser significativos face aos conflitos interparentais. Destacamos a *culpa* que surge associada à dinâmica dos conteúdos inerentes aos conflitos; o sentimento de *ameaça*, por um lado a percepção de ameaça, e por outro lado perspectiva de eficácia (Grych, Seid, & Fincham, 1992). A triangulação constitui ainda um processo relevante especialmente para as crianças e adolescentes, já que a tomada de posição por uma das figuras parentais pode acarretar conflitos de lealdade dificilmente geridos pelos jovens.

Assim, Fincham (1994) aponta que depois de uma primeira análise em que se torna clara a associação entre satisfação entre o casal e características do desenvolvimento dos filhos segue-se uma segunda fase, pautada precisamente pela preocupação em descrever as características mais relevantes dos conflitos interparentais capazes de aportar influências negativas ao desenvolvimento psicológico das crianças. De acordo com Cummings e Davis (2002), a segunda geração destas pesquisas terá sido levada a cabo na última década, abordando de um modo mais compreensivo e complexo as interacções entre os diversos factores e influências do contexto familiar. Para além da discriminação de características das interacções conjugais foi dada atenção à sua influência nas características da relação entre pais e filhos. Esta questão abriu perspectivas no sentido de abordar padrões de conflito e características pessoais na percepção deste conflito, podendo dar pistas sobre as circunstâncias promotoras de crescimento psicológico e as características do processo de resiliência das crianças e adolescentes. Katz e Gottman (1993) enfatizam a necessidade de uma compreensão multidimensional dos processos envolvidos nos sistemas familiares dos conflitos interparentais e das suas consequências para o

desenvolvimento da criança. A propósito da análise dos factores mediadores entre os conflitos interparentais e o desenvolvimento das crianças e adolescentes, alguns modelos processuais foram emergindo na tentativa de sistematizar este fenómeno.

Grych e Fincham (1990) desenvolveram um enquadramento conceptual em torno dos conflitos interparentais e o seu efeito sobre os filhos, sistematizando o designado enquadramento *cognitivo-contextual*. De acordo com esta perspectiva as consequências do conflito interparental parecem estar condicionadas pelos contextos que se ligam aos episódios de conflito, assim como à forma como as crianças e adolescentes percebem ou interpretam os acontecimentos, desenvolvendo mais ou menos estratégias de *coping*. Por outras palavras, a experiência adquirida, a idade e desenvolvimento cognitivo parecem interferir na forma como os filhos encaram a exposição aos conflitos parentais e encontram formas de os integrarem adaptativamente. Ao longo deste modelo os autores apontam um *processo primário* em que o estado afectivo das crianças ou adolescentes se vê alterado, na medida em que os conflitos interparentais podem ser geradores de ansiedade, raiva e medo. Nesta fase os filhos avaliam a dimensão dos conflitos e a forma como os pais se expressam. O *processo secundário*, por sua vez, refere-se à forma como as crianças percebem os conflitos e a influência que acarreta no seu desenvolvimento futuro. Dependendo da forma como as crianças e jovens interpretam as atitudes e comportamentos dos pais, e atendendo à experiência anterior, estratégias de *coping* são desenvolvidas no sentido de organizar sentimentos, nomeadamente sensações de culpa face à discórdia parental, que geralmente surgem na fantasia dos jovens. Estratégias de *coping* desadequadas podem colocar os jovens em situações de vulnerabilidade e com menos recursos para fazer face a sentimentos negativos que derivam da exposição a conflitos não-constructivos. À luz deste enquadramento crianças e jovens que se encontram nesta situação parecem estar mais susceptíveis a uma baixa auto-estima, afecto deprimido e recriminação, o que pode prejudicar o desenvolvimento psicossocial dos mesmos (Grych & Cardoza-Fernandes, 2001; Grych & Fincham, 1990).

Ainda Davies e Cummings (1994), através de uma análise multidimensional dos diferentes componentes implicados no impacto do conflito interparental nas crianças e adolescentes, desenvolvem um enquadramento paralelo designado por *segurança emocional*. Desta feita, da mesma forma que Grych e Fincham, os autores também consideram o contexto, as características pessoais, a experiência passada, o nível de *stress* e as estratégias de *coping* como condições fundamentais na gestão dos sentimentos, estando directamente implicados enquanto atenuantes na forma como as crianças e adolescentes vão integrar a experiência. De acordo com os autores, a acção destes factores relaciona-se com aspectos básicos do desenvolvimento psicológico das crianças e jovens e em particular com a experiência afectiva de segurança emocional. Numa situação de ansiedade, as emoções servem como um regulador do estado psicológico interno e da experiência de segurança emocional individual, havendo um movimento no sentido de manter a regulação emocional. De ressaltar que a experiência de segurança emocional se prende com a qualidade das ligações de vinculação estabelecidas pelas crianças com as figuras cuidadoras primárias, ressaltando-se a percepção de figuras apoiantes e incondicionalmente

disponíveis que permitem organizar a imagem de si e dos outros. Em concordância com a teoria da vinculação (Bowlby, 1969/91), esta perspectiva aponta para modelos relacionais que se vão desenvolvendo à medida que a criança mantém experiências afectivas de qualidade com as figuras cuidadoras. A noção de segurança emocional encontra-se assim ligada com estas experiências precoces sendo posteriormente influenciada pelas trocas emocionais que decorrem ao longo do desenvolvimento das crianças e adolescentes. Nesta medida, a exposição ao conflito interparental pode interferir na forma como os filhos organizam as representações parentais, podendo entrar em discrepância com a imagem de suporte emocional e estabilidade desenvolvida nas experiências anteriores (Davies & Cummings, 1994). Por outra parte, os conflitos interparentais continuados afectam inevitavelmente a relação de vinculação com os filhos, no sentido de um aumento de interações negativas e indisponibilidade pessoal dos pais. Sobre esta perspectiva, um estado emocional negativo derivado da exposição ao conflito conjugal afecta o sentido de segurança emocional interna, potenciando que as crianças e adolescentes procurem accionar mecanismos no sentido de restabelecer a segurança emocional. O potencial para desenvolver a regulação emocional é fundamental para enfrentar de forma adaptativa os conflitos, garantindo a capacidade de manter a segurança interna.

Assim sendo, a ideia de uma representação mental das experiências de conflito parece afectar o funcionamento das crianças nas suas relações futuras. A constatação deste processo pode ser explicada à luz do desenvolvimento de *esquemas de conflito* (Grych & Cardoza-Fernandez, 2001). Esta questão está fortemente suportada pela teoria da vinculação em que Bowlby (1973) propõe que a interacção com os cuidadores primários está directamente ligada com o desenvolvimento dos modelos internos dinâmicos. Os modelos internos dinâmicos integram mapas cognitivos, representações de esquemas que o indivíduo constrói e tem sobre si próprio e o seu comportamento, bem como dos outros e do mundo e cuja complexificação tende a aumentar. Incluem sentimentos, crenças, expectativas, estratégias comportamentais, direccionamento da atenção, interpretação de informação e organização da memória. Caracterizam-se pela capacidade de transformação e de adaptação às características dos novos períodos de desenvolvimento e contextos ao longo do ciclo de vida (Bowlby, 1988). Desta feita, as representações mentais que as crianças realizam acerca dos padrões relacionais procedem também da observação da forma como os conflitos interparentais são expressos, geridos e resolvidos entre os pais (Davies & Cummings, 1994). A referência a estas representações mentais surge como base da construção dos esquemas. Eles servem de guia na atenção, memória e comportamento quando se enfrenta uma nova situação ou estímulos sociais menos claros ou ambíguos (Wyer & Carlston, 1994). Crianças expostas a situações de conflito podem tornar-se mais reactivas com expectativas de resolução pobres e estratégias de *coping* menos sucedidas (Grych, 1998).

Note-se que a abordagem dos conflitos interparentais habitualmente realizada na literatura confina-se assim à compreensão da forma como os mesmos afectam o desenvolvimento psicossocial das crianças, bem como as implicações relacionais no futuro. Todavia para além desta perspectiva, como propósito deste capítulo

pretendemos explorar a face menos abordada ou valorizada da noção de conflitos interparentais. Referimo-nos à importância que eles desempenham no processo de adaptação das crianças, que aprendem com as suas experiências relacionais a integrar formas de *coping*. Esta ideia prende-se com o facto dos conflitos interparentais (em proporções ditas saudáveis, atendendo à frequência e intensidade), constituírem ambientes de aprendizagem para enfrentar vicissitudes relacionais e desenvolver estratégias e competências de resolução de problemas e de conflitos. Esta questão é fundamental e irá ser discutida de seguida tentando compreender os conflitos interparentais à luz do desenvolvimento do processo de resiliência nas crianças e jovens.

### Resolução dos conflitos interparentais - Processo resiliente e adaptação psicossocial

No seguimento da abordagem dos malefícios que os conflitos interparentais podem acarretar para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, julgamos pertinente realizar uma análise mais alargada desta associação. Pretende-se integrar o processo resiliente articulado à adaptação psicossocial dos jovens tendo em conta as características particulares dos conflitos interparentais e a forma como os jovens os significam e integram. Torna-se relevante discutir os conflitos interparentais para além da conotação negativa habitualmente atribuída, no intuito de enquadrar os processos inerentes aos conflitos enquanto oportunidades de aprendizagem e evolução pessoal.

De acordo com Grych e Fincham (1990), para além das questões contextuais e aspectos pessoais inerentes aos pais e filhos que são confrontados com as experiências de interações conflituosas, consideramos pertinente abordar aquilo que os autores designam por dimensões do conflito. Nesta medida, o conflito constitui um construto inter-relacionado e composto por situações particulares que dependem da frequência das experiências de discórdia dos pais, a intensidade destes episódios, o conteúdo e ainda um aspecto de extrema relevância que é a forma como as interações conflituosas são resolvidas. De uma forma mais particular, a *frequência* prende-se com a ocorrência de episódios de conflitos interparentais aos quais as crianças e adolescentes estão frequentemente expostos, em regra pautando a forma de relacionamento intrafamiliar. De acordo com Dadds, Sanders, Morrison e Rebgetz (1992), esta exposição traduz-se em respostas emocionais intensas por parte dos filhos estando mais susceptíveis a manifestar comportamentos agressivos e sintomatologia depressiva. Jenkins e Smith (1991) corroboram esta ideia na medida em que crianças expostas frequentemente a conflitos interparentais apresentam maior incidência de sintomas de ansiedade, agressividade e distúrbios de comportamento, assim como de depressão (Katz & Gottman, 1993). A *intensidade*, por sua vez, constitui uma propriedade bastante lábil que pode caracterizar-se por disputas calmas entre o casal ou envolver episódios de agressão, violência verbal, emocional ou física. Embora alguns autores (Zavaschi, Benetti, Polanczyk, Soles, & Sanchotene, 2002) apontem que a exposição à violência física causa maior dano psicológico às crianças, todavia episódios de agressões verbais e emocionais podem ter efeitos tão

nefastos quanto os físicos, estando largamente relacionados com a internalização e externalização de comportamentos (Grych & Fincham, 1990). Muitas vezes esta distinção entre conceitos de violência remete-nos para representações sociais que associam a violência psicológica a uma escala menor sob o ponto de vista das implicações. Contudo a prática clínica traduz-nos uma ideia distinta, pelo que certamente a procura de ajuda nos casos de agressões verbais ou emocionais é menor quando comparada com a procura de ajuda motivada por uma continuidade de agressões físicas. No entanto, a intervenção parece remeter para a necessidade de um trabalho idêntico, que se inicia, em regra, pautado pela fragilidade e desgaste interno dos sujeitos. Ressaltamos, portanto, em jeito de nota, que nenhum episódio de agressões, independentemente do seu cariz, se iliba de potenciais efeitos psicológicos.

Não podemos deixar de apontar que a *intensidade* e a *frequência* são em si duas propriedades que podem ser significativas quando percebidas em conjunto. Nesta medida se a frequência de conflitos interparentais for gradativa, julgamos que a probabilidade da intensidade aumentar pode ser real, já que a não resolução das dificuldades potencia menor tolerância pessoal, criando um estado de saturação emocional das figuras parentais. Desta feita, não será por isso estranho que em cada novo conflito interparental estejam subjacentes, de forma mais ou menos evidente, conflitos anteriores resultantes da carência de resolução no seio da dinâmica relacional (Reese-Weber & Kahan, 2005). Como referimos anteriormente, a intensidade dos conflitos interparentais é algo que afecta directamente a forma como as crianças e adolescentes elaboram a sua posição perante as dificuldades; por outro lado, a intensidade dos conflitos inevitavelmente “saqueia” espaço e disponibilidade pessoal aos pais, que muitas vezes não percebem que a disputa não se situa apenas entre o casal, mas com toda a família próxima (Buchanan, 1994; Cox, Paley & Hater, 2001). Esta questão é tão mais significativa quanto mais as crianças e adolescentes se sentem imersos na discussão. Referimo-nos particularmente aos *conteúdos* da discussão que muitas vezes se prendem com situações relacionadas com os cuidados, comportamentos ou decisões relacionadas com as crianças e adolescentes (Cummings, 1998). Na sequência desta ideia é fundamental que os pais compreendam as implicações da exposição das crianças e adolescentes a estas disputas (especialmente com conteúdos onde os filhos estão implicados), já que a linha para a criação de triangulações e conflitos de lealdade pode ser ténue, podendo conferir sentimentos de ansiedade e culpa na relação com as figuras parentais (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Mota & Matos, 2010).

Finalmente, a *resolução* constitui uma propriedade fundamental no sentido de colmatar a compreensão da dinâmica dos conflitos interparentais enquanto fonte de crescimento pessoal para crianças e adolescentes. Para Schnarch (2000), o conflito no âmbito de uma relação de casal não pode deixar de ser considerado um aspecto frequente e necessário. De acordo com o autor, os conflitos são muitas vezes encarados como “falhas na comunicação”, ao contrário da expressão e compreensão das diferenças como fazendo parte de si próprios. Neste ponto de vista, a família compõe um importante contexto primário capaz de proporcionar aprendizagem e desenvolvimento de estratégias construtivas de resolução dos conflitos (Patterson,

1982). Por conseguinte, os episódios de conflitos interparentais resolvidos de forma construtiva não conferem necessariamente um desajuste emocional aos elementos da família. Ao invés disso, conflitos interparentais, com níveis de intensidades que não subestimem o bem estar físico e emocional dos intervenientes, podem inclusive contribuir para um amadurecimento emocional de todos os elementos da família, e particularmente das crianças e adolescentes, já que é promovida a aprendizagem de discussões menos coercivas e agressivas (Cummings, 1998; Grych & Fincham, 1990). Neste momento julgamos relevante realizar uma distinção breve que se prende com a dinâmica dos conflitos de casal e a dinâmica dos conflitos interparentais. Até aqui temos vindo a apontar implicações em cada uma das situações, todavia a tópica entre estas duas abordagens resulta não só nos conteúdos que podem ser (ou não) distintos, mas fundamentalmente na forma como a família resulta implicada. Desta feita, os conflitos interparentais acrescem da percepção que os filhos detêm de todo o processo, da expressão adequada da possibilidades das diferenças entre os pais, da sua ressonância emocional, do reconhecimento do conflito, mas também da cooperação para um objectivo comum de negociação. Por isso, a percepção de resolução dos conflitos de forma construtiva e satisfatória no seio do casal potencia o desenvolvimento de competências adaptativas nos jovens, aumentando a sua tolerância à frustração, flexibilizando a prática da procura de alternativas de resolução em torno das dificuldades (Costa & Matos, 2007).

Não podemos deixar de apontar a importância da memória emocional que se forma em torno do cariz das experiências familiares e o significado que aportam à criança no seguimento do seu desenvolvimento futuro (Cummings, Goeke-Morey & Papp, 2004). Estas memórias contribuem para a elaboração dos modelos internos dinâmicos, reflectindo-se nas imagens positivas ou negativas que as crianças criam na relação consigo e com os outros. O conflito interparental em si não será pois a maior barreira que a criança terá que enfrentar, mas sim as consequências que daí advêm sempre que o processo de resolução experienciado cria imagens negativas do que é uma relação de casal. Quando os padrões de resolução de conflitos interparentais apresentam características negativas, como seja a exigência e o evitamento (demandas intensas que provocam retracção e desinteresse do cônjuge que evita a interacção), ou a mútua hostilidade (que geram críticas, ironia e desvalorização), as consequências para a exposição continuada ressaltam a aprendizagem vicariante dos padrões relacionais por parte das crianças (Katz & Gottman, 1993). Sobre este ponto ressaltamos algumas implicações clínicas que vão de encontro ao que designamos características negativas de resolução. Particularmente em relação às estratégias de evitamento, cabe-nos ressaltar que elas não contêm necessariamente uma conotação negativa na qualidade da resolução de conflitos. Em alguns casos consideramos que o não confronto com os conflitos pode criar condições de adaptabilidade e amadurecimento pessoal que mais adiante potenciam a sua resolução efectiva e construtiva através de estratégias de negociação. Situação distinta poderá todavia discutir-se face às estratégias hostis, já que ao invés, podem conduzir a um processo de maior interiorização de sentimentos negativos e protelar a resolução dos conflitos internos.

Nesta perspectiva a criança que tem como experiência quotidiana um cenário de violência aprende que a solução de problemas pode ser conseguida através do uso de estratégias hostis. Corroborando esta ideia, Lisboa e colaboradores (2002) observaram que crianças vítimas de violência dentro da família, perante conflitos com os colegas, revelavam estratégias de *coping* em que o padrão agressivo de resolução familiar é transportado para a relação social.

Portanto, na continuidade da evolução física, cognitiva e emocional das crianças, a resolução dos conflitos parece assumir uma dinâmica relevante no desenvolvimento dos adolescentes. Estes observam os pais em conflito, assimilam os seus comportamentos no sentido de resolver o conflito (que podem ser efectivos ou não efectivos) e posteriormente praticam os comportamentos de resolução de conflitos na relação com os pais e irmãos (Brody, Stoneman, & McCoy, 1992). As respostas dos jovens reflectem um protótipo do que percebem, havendo uma espécie de contágio emocional, e em alguns casos inclusive um envolvimento activo na análise dos conflitos (Shifflett-Simpson & Cummings, 1996). Portanto, compreender a expressão do conflito interparental torna-se relevante não só porque afecta a forma como os adolescentes vivenciam a relação *entre* o pai e a mãe, vivenciam a relação *com* o pai e a mãe, mas também porque o comportamento mantido com a família se reflecte nas relações interpessoais externas (Reese-Weber & Kahan, 2005). Uma relação fora da família que é particularmente importante na adolescência constitui a relação romântica. Reese-Weber e Kahan (2005) sublinham que a qualidade da resolução dos conflitos interparentais constitui um bom preditor dos comportamentos de resolução de conflitos na relação romântica em adolescentes, sendo que, em alguns casos, a qualidade da resolução dos conflitos com os irmãos poderiam ainda ter um papel mediador nesta predição. Por outro lado, alguns estudos (Doyle, Markiewicz & Hardy, 1994; Franco & Levitt, 1998; Lindsey, Colwell, Frabutt & MacKinnon-Lewis, 2006) sugerem que as capacidades para os adolescentes (particularmente os rapazes) criarem amizades poderia prender-se com a relação familiar, de tal forma que a qualidade das relações entre os pais seria um preditor para a qualidade das amizades dos adolescentes com os seus pares. Nascimento (2003) refere a este propósito que entre os pares existe uma necessidade de restabelecimento da relação depois dos episódios de conflitos, pelo que, embora este processos sejam diferentes entre rapazes e raparigas, a reparação acompanha-se de emoções positivas que criam competências mais sofisticadas de negociação, reconciliação e posterior resolução.

No que concerne ao processo de resolução dos conflitos é relevante que as crianças e adolescentes tenham a possibilidade de perceber as estratégias de negociação e reconciliação desenvolvidas pelos pais. É mais do que a reconciliação, resulta fundamental a percepção da aceitação das diferenças e a progressão para níveis mais complexos de funcionamento dentro do sistema familiar. Isto porque, de acordo com Davies e Cummings (1994), as resoluções não observadas parecem ter um significado idêntico à não resolução, a não ser que haja uma explicação por parte das figuras parentais, o que facilita a compreensão e a aceitação dos conflitos. Grych e Fincham (1993) sugerem também que a compreensão desta resolução é relevante

no sentido de atenuar os eventuais sentimentos de culpabilidade despoletados nos filhos. As crianças e jovens que percebem, vêem ou ouvem o conflito a ser resolvido desenvolvem uma maior segurança na relação com os pais, para além de integrarem estratégias de adaptação positivas. A forma como os jovens percebem este ambiente é fundamental para a elaboração dos seus esquemas emocionais, traduzindo um forte impacto na formação das ligações de vinculação futuras (Miljkovitch, 2004).

Assim sendo, o reconhecimento de que os conflitos interparentais constituem um processo inevitável e necessário ao desenvolvimento da família e dos seus elementos parece trazer um maior sentimento de segurança às crianças e adolescentes. Ou, por outras palavras, o facto de crescerem a sentir que os conflitos fazem parte das vivências relacionais saudáveis, permite consolidar a forma de encarar as dificuldades através de um processo adaptativo. Esta questão relaciona-se com a segurança que as crianças e adolescentes desenvolvem no seio da relação com as figuras cuidadoras, pelo que uma relação de qualidade parece ser determinante no sentido de diminuir a vulnerabilidade e traçar um percurso desenvolvimental adaptativo (Luthar & Goldstein, 2004). Por conseguinte, menor vulnerabilidade pessoal permite ultrapassar situações de risco no sentido do desenvolvimento de um processo resiliente (Masten & Powell, 2003). Rausch, Lovett e Walker (2003) sublinham a este respeito que os jovens com vinculações mais seguras estão mais capazes de desenvolver processos resilientes, ultrapassando as dificuldades através de estratégias de adaptação positiva.

Desta forma torna-se legítimo equacionar uma ponte entre as vivências de resolução construtiva de conflitos interparentais e o desenvolvimento de processos de adaptação psicossocial das crianças e adolescentes. O processo resiliente deve ser entendido enquanto *processo dinâmico* envolvendo uma interacção entre factores de risco e factores protectores, internos e externos ao indivíduo, que actuam no sentido de modificar os acontecimentos de vida adversos (Rutter, 1985, 1999).

O ponto que se segue vem dar ênfase ao processo de resolução de conflitos interparentais até agora descrito. Julgamos pertinente realizar uma breve abordagem à associação que habitualmente é realizada entre os conflitos interparentais e o divórcio, sendo que a desmistificação da associação negativa e a clarificação da importância dos conflitos e a sua resolução nesta dinâmica parece de todo relevante.

### Divórcio, Conflito e Adaptação Psicossocial

Tal como temos vindo a desenvolver, o conflito no âmbito de uma relação de casal não pode deixar de ser considerado um aspecto frequente e saudável sob o ponto de vista da resolução que conduz à consolidação das relações. Schnarch (2000) sugere o potencial terapêutico da resolução na medida em que a relação de casal pode evoluir para um maior grau de intimidade no sentido de melhor conhecer e ser conhecido (difere da proximidade que implica apenas o contacto com o parceiro). Esta noção remete para o *self-disclosure* na relação potenciando também o crescimento pessoal de cada um dos elementos. Desta forma, com a aceitação mútua de si na presença do outro, a relação assume contornos de maior abertura e compreensão que recria a



essência da intimidade e consolidação. Todavia a maior dificuldade que cerca esta questão prende-se com a vertente disfuncional ou problemática que gera problemas emocionais e adaptativos aos pais e aos jovens. Desta feita, existe uma tendência a associar os processos de reorganização familiar a focos de conflito interparental, pelo que o divórcio surge reportado na literatura como um forte potenciador de discórdia. Note-se contudo que, os conflitos interparentais, na sua vertente menos positiva podem estar presentes em todas as relações de casal e anteceder qualquer processo de ruptura da relação (Emery & Forehand, 1996). Não é por isso estranho que actualmente muitos investigadores estejam mais voltados para explicações relacionadas com os processos inerentes aos conflitos interparentais, do que ao facto da configuração familiar ser diferente da dita tradicional. Esta questão torna-se tão mais importante quando existem implicações no desenvolvimento psicológico dos filhos. Por conseguinte, como já foi sendo abordado, os jovens que estão expostos de forma repetida a níveis elevados de conflito conjugal parecem ser mais reactivos tanto emocional como comportamentalmente (Cummings, Davies & Campbell, 2000). Já Emery (1982) apontava que os problemas de ajustamento das crianças e adolescentes não se relacionavam necessariamente com o divórcio parental mas sim com a existência de conflitos interparentais. Desde então um largo número de estudos tem vindo a suportar esta hipótese (Amato, 2000, 2001). De entre alguns estudos (Jenkins & Smith, 1993; Reis & Meyer-Probst, 1999) ressaltamos a ideia de que crianças e adolescentes de famílias intactas expostas a níveis consideráveis de conflito apresentam dificuldades de ajustamento semelhantes aquelas que são expostas a condições idênticas provenientes de famílias divorciadas.

Outros autores apontam também para a ideia de que o conflito interparental é um melhor preditor do ajustamento dos jovens, comparativamente com o próprio processo de divórcio (e.g. Hetherington & Elmore, 2003). Recentemente estudos ressaltam que os adolescentes filhos de pais divorciados e cujos níveis de conflito interparental são reduzidos, não apresentam diferenças significativas face a níveis de depressão, ansiedade e autoconceito quando comparados com adolescentes de famílias intactas (e.g. Richardson & McCabe, 2001).

Em Portugal alguns estudos têm vindo a ser realizados neste sentido. Moura e Matos (2008) apontam que o conflito interparental constitui um importante factor condicionador da relação com as figuras parentais, pelo que os adolescentes provenientes de famílias com elevado conflito interparental apresentavam vinculações mais inseguras na relação com ambos pais, independentemente da estrutura familiar ser intacta ou divorciada. Da mesma forma Mota (2008; Mota & Matos, 2009a) conclui que o processo de divórcio constitui um factor menos importante na qualidade da vinculação com as figuras significativas, bem como na adaptação psicossocial dos jovens, quando comparado com a percepção de conflitos interparentais.

De realçar que não pretendemos negar as dificuldades inerentes ao processo de divórcio, em si gerador de sofrimento psicológico, mesmo quando realizado de acordo comum entre ambas as partes, na medida em que implica separação e perda, especialmente no que se refere a um *self* relacional. Esta transição origina inevitavelmente um impacto a nível de toda a família incluindo os filhos que partilham as

emoções intensas e entram igualmente num processo de luto e reorganização do equilíbrio psicológico (Matos & Costa, 2004). Todavia torna-se claro que o processo de divórcio não tem que ser responsável pelas dificuldades relacionais e processos de desadaptação dos jovens.

De ressaltar que um factor contextual que afecta a apreciação do jovem face aos conflitos interparentais é a qualidade afectiva do relacionamento que estabelece com cada um dos pais ou figuras cuidadoras (Cox, Paley & Hater, 2001). Por conseguinte, o predomínio de afecto negativo dos pais (como estarem zangados, exaustos e desmoralizados), em resultado do conflito conjugal, acaba por alterar as interações entre os pais e os jovens. A indisponibilidade dos pais sob o ponto de vista emocional poderá levar a que as necessidades emocionais dos jovens não sejam percebidas ou detectadas (Cox et al., 2001). Portanto, os efeitos do divórcio dependem da forma como o casal lida com a separação, pelo que perante a existência de conflitos interparentais, a forma como os jovens percebem a sua elaboração pode influenciar a adaptatividade dos mesmos. De encontro ao que temos vindo a apontar, esta experiência dos pais poderia assim traduzir-se, no caso de existência de conflitos interparentais continuados e não resolvidos, em figuras de vinculação pouco disponíveis e inibidoras de exploração (ou, pelo contrário, demasiado permissivas ou inconsistentes), criando ambivalência no processo de vinculação, podendo conduzir os filhos ao desenvolvimento de modelos de si próprios negativos e dos outros negativos (Bretherton, 2000; Matos, 2003).

Na realidade quando a separação implica um movimento para uma maior harmonia e menor constrangimento familiar, os resultados podem inclusive ser mais satisfatórios para os jovens sob o ponto de vista do seu bem-estar, quando comparados com famílias não divorciadas com um elevado conflito (Amato & Sobolewski, 2001). Por sua vez, quando as figuras parentais apresentam uma boa capacidade de ajustamento e gestão das dificuldades, estão mais capazes de dar apoio e suporte pessoal aos filhos, tomando atitudes de monitorização, mantendo o seu papel enquanto figuras protectoras, potenciando experiências de ajustamento positivo, contrariamente a pais menos atentos e menos continentos que usam estratégias de disciplina coerciva (e.g. Amato, 2000; Buchanan, Maccoby, & Dornbusch, 1996; Hetherington, 1999; Krishnakumar & Buehler, 2000; Maccoby & Mnookin, 1992).

Em Portugal alguns estudos têm sido realizados no sentido de equacionar os efeitos da dimensão de resolução face à intensidade e frequência dos conflitos interparentais. Os resultados apontam para que mesmo na presença de um elevado conflito, o papel da resolução e a percepção deste processo por parte dos adolescentes permite o desenvolvimento de uma adaptação mais positiva, estando mais capazes de assumir estratégias activas e internas de *coping* (Mota & Matos, 2009b). Esta questão é particularmente importante já que, como discutimos no ponto anterior, a aprendizagem de estratégias de resolução de conflitos na família parece assumir um papel relevante na forma como os jovens se relacionam com os pares e outros elementos fora do contexto familiar.

Ainda colocando a tónica no processo de resolução de conflitos, consideramos oportuno ter em conta o papel que outras figuras significativas aportam para o

crescimento pessoal das crianças e adolescentes. Nesta medida, para além das figuras parentais, centrais na gestão das dinâmicas relacionais independentemente da configuração familiar, julgamos relevante não descurar o papel desenvolvido por outras figuras afectivamente estruturantes no desenvolvimento dos jovens. Como sabemos esta abordagem constitui uma tarefa de domínios vastos sendo de todo impossível retratar a importância que todos os elementos relevantes poderiam representar. Portanto optámos por discutir a importância das figuras dos irmãos e dos avós, embora até agora pouco investidos pela investigação em Portugal, mas que progressivamente têm vindo a ganhar protagonismo na compreensão dos processos de adaptação dos jovens.

### Os Irmãos e os Avós – Implicações no Processo de Crescimento

Embora a investigação em torno do desenvolvimento pessoal das crianças e adolescentes tenha vindo a ser principalmente conduzida em torno das figuras cuidadoras primárias, em regra as figuras parentais, nas duas últimas décadas alguma tónica tem vindo a ser atribuída a figuras igualmente próximas capazes de aportar níveis significativos de segurança e reorganização aos jovens. Algumas dessas figuras, grande parte das vezes entranhadas dentro da família nuclear, são constituídas pelos irmãos e os avós, cujos contributos na construção emocional dos jovens iremos discutir de seguida.

#### *A relação com os irmãos*

De acordo com a teoria da vinculação, originalmente conceptualizada por Bowlby (1969, 1988) e Ainsworth (1969, 1989), a relação entre a criança e os pais (ou figuras cuidadoras primárias) assume um papel central no desenvolvimento emocional da criança. Nas últimas duas décadas a investigação tem vindo a reforçar o potencial do estabelecimento de laços emocionais fortes que conduzem ao desenvolvimento de uma base segura (Ainsworth, 1989). Nesta medida, face à qualidade das relações estabelecidas, as crianças e adolescentes desenvolvem modelos positivos ou negativos de si e dos outros, repercutindo-se na forma como se relacionam com o exterior (Bowlby, 1988). Assim sendo, não podemos deixar de reflectir em torno da importância que o clima familiar suscita nas crianças e adolescentes, sendo a participação activa dos seus elementos fundamental. Por isso surge a necessidade de nos debruçarmos sobre a figura que a fratria assume neste jogo emocional.

A fratria constitui o contexto perfeito para o ensaio da vida emocional e relacional futura. Também designada por Minuchin (1982) como “laboratório social”, a fratria constitui desde logo um meio de experimentação das relações onde se proporcionam actividades partilhadas no jogo, agilizando a aprendizagem por imitação, o desenvolvimento cognitivo e relacional. Durante o período da infância as interacções com os irmãos são de todo relevantes pela aquisição de competências (como a negociação, cooperação e competição), compreensão de pensamentos e sentimentos (que implica a tomada de consciência de uma perspectiva social, da resolução de conflitos e da assunção dos irmãos enquanto portos seguros), facto que se torna mais rico quanto mais diversificada for a fratria (Perner, Ruffman, &

Leekam, 1994). O laço afectivo entre irmãos tem vindo a ser historicamente reconhecido pela estabilidade e suporte que pode proporcionar ao longo do ciclo vital. A redução das fratrias tende a aumentar a intensidade das relações entre os irmãos, a sua interdependência, que se torna mais evidente em situações de crise, como ocorre durante o processo de divórcio dos pais (Fernandes, Alarcão & Raposo, 2007). A investigação apoia os efeitos benéficos que a relação de irmãos pode aportar ao longo do tempo, sendo a separação em idades precoces apontada como um factor de risco no bem-estar das crianças (e.g. Banks & Kahn, 1997).

Assim sendo, antes de mais não podemos deixar de analisar alguns processos inerentes a esta relação, sendo a fratria designada por Freud como “complexo da família” enquanto prolongamento da temática edipiana aquando da entrada em cena de novos irmãos. Alguns psicanalistas mais ortodoxos classificam a dinâmica entre a fratria como estando dependente das relações parentais, o que não deixa de ter significado; todavia é de todo relevante perceber o jogo relacional e a dinâmica a nível horizontal (onde se incluem relações, conflitos e experiências) da relação entre irmãos (Almodovar, 1986). Adler (1993) procura analisar a importância da dinâmica familiar tendo como fundamento o desenvolvimento individual e a criação de bases seguras para os relacionamentos futuros. Outros psicanalistas menos ortodoxos como Soulé (1990) sugerem uma análise mais imparcial, focalizada na importância das relações horizontais entre irmãos, baseadas na sensibilidade e compreensão de si e dos outros. Dunn (1983) aponta neste âmbito que as relações entre irmãos assumem um cariz de reciprocidade e complementaridade, embora esta questão possa ser ambígua em detrimento das diferenças de idades e dos conflitos despoletados na relação. Por outra parte, a diferença entre irmãos parece ser estruturante na medida em que conduz à formação da identidade e integridade individual, sejam eles irmãos consanguíneos ou não, considerados amigos ou inimigos (Fernandes, 2002).

Note-se, todavia, que de entre esta dinâmica de proximidade na fratria ressalta muitas vezes a necessidade do conflito, que independentemente do motivo ressalva uma necessidade de demarcar um território emocional (mais do que físico) e que frequentemente se prende com a ânsia de manter o amor dos pais e afirmar a sua individuação (Gotman, 1990). Widmer (1999) sublinha justamente que os conflitos entre os irmãos não parecem residir tanto nas disputas por territórios ou objectos físicos, mas sim em questões afectivas, que podem inclusive estar condicionados pelos conflitos interparentais capazes de desequilibrar a relação pais-filhos. O ciúme constitui um bom exemplo das disputas na fratria, descrito primeiramente por Klein (1937, cit in Klein & Rivière, 1975) como um movimento importante de triangulação, no sentido de superar a relação de inveja, permitindo um avanço para a individuação (Luzes, 1976). A inveja e o ciúme constituem dois sentimentos presentes (embora distintos) na vida emocional da fratria, e de algum modo estruturantes do desenvolvimento emocional e social. Desta feita, Hassoun-Lesienne (1998) aponta que o ciúme constitui um defensor contra a permanência da inveja (mais primitiva e confinada à relação dual), pelo que o aparecimento de um novo elemento (o irmão) na relação entre si e as figuras parentais, conduz a uma maior valoração da relação



com estas figuras (neste contexto entendido como o amor e atenção parental) e um desespero pelo equacionar da sua perda.

Os irmãos constituem, por isso, muitas vezes o terceiro elemento (face à relação dual anterior) com quem é preciso partilhar. Este movimento torna-se desde logo fundamental no processo de formação da personalidade, já que obriga à resolução dos conflitos interpessoais com os irmãos, o que acaba por se repercutir nas suas relações sociais com o exterior (Fernandes, Alarcão, & Raposo, 2007; Gayet, 1993). Note-se que o aprender a conviver com os conflitos na fratria afina a formação da consciência moral e social que vai crescendo e torna as crianças mais maduras e tolerantes à frustração (Gayet, 1993). Todavia existem evidências de que a gestão dos conflitos por parte da fratria depende também da forma como os pais, em primeiro lugar, gerem os seus próprios conflitos, e em segundo lugar, da forma como lidam com a discórdia dos filhos. Portanto, pais demasiado controladores incorrem no risco de interferir na regulação interna da relação dos filhos, impedindo-os de encontrarem estratégias de resolução num movimento de maior autonomia (Alarcão, 2000). Desde logo não implica que as figuras parentais não tenham um papel necessário nesta mediação, especialmente quando existe alguma desvantagem sob o ponto de vista das idades e ordem do nascimento (Fernandes, 2002). Todavia os conflitos entre irmãos promovem a compreensão e o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas (Vandell & Bailey, 1992). Parke e colaboradores (2001) argumentam que os jovens aprendem competências efectivas de resolução de conflitos nas relações de irmãos que, mais tarde, estendem para a relação com os pares. Aprendizagens como a negociação, gestão de conflitos e competição tornam-se pertinentes, contudo apenas possíveis se os pais assim o permitirem. Em regra não existe o perigo de ruptura definitiva até porque os conflitos na fratria costumam ser passageiros e contornáveis, por isso a atitude dos pais é tão relevante no sentido da presença (física e afectiva) capaz de gerir os afectos estruturantes para o desenvolvimento emocional dos irmãos.

Entenda-se, porém, que a questão torna-se mais complexa quando os conflitos na fratria se prendem com a forma como os jovens vivenciam as experiências relacionais no contexto parental. Furman e Giberson (1995) apontam com base na revisão da literatura que os conflitos entre os pais tendem a estar positivamente associados com os conflitos entre irmãos. Da mesma forma uma família menos coesa sob o ponto de vista emocional, uma percepção de um matrimónio infeliz e conflitos interparentais estariam associados a um comportamento social menos satisfatório e a uma relação antagonista entre irmãos (Brody, 1998; Bullock & Dishion, 2002). Nesta sequência os irmãos que vivem num contexto familiar de stress participam num sistema emocionalmente descontinuado marcado por alterações de comportamento (Fernandes, 2002), e perspectivas de uma conduta anti-social futura. Por contraposição quando os irmãos se desenvolvem em contextos afectivamente saudáveis parecem desenvolver condições emocionais para fazer face às dificuldades. Como temos vindo a apontar, a relação com os irmãos parece ser relevante para compreender o desenvolvimento social e emocional das crianças. Cabe referir que os irmãos, em regra, despendem uma grande porção de tempo juntos, especialmente

quando têm idades próximas, tanto em casa, como no contexto escolar, pelo que a intensidade e variedade das emoções experimentadas nestas interações tendem a ser profundas, desempenhando um papel importante no curso das suas vidas (Brody, Stoneman, & McCoy, 1992; Dunn, Slomkowski, & Beardsall, 1994; Kramer & Kowal, 2005; McElwain & Volling, 2005). No período da adolescência, a qualidade da relação entre irmãos parece influenciar o ajustamento emocional, sendo um factor relevante no desenvolvimento da identidade e autonomia (Dunn et al., 1994). Expandindo os conceitos da teoria da vinculação (Bowlby, 1988), a vinculação segura com os irmãos e as representações positivas e fortes da relação com os irmãos na adolescência podem contribuir de forma relevante para o desenvolvimento social, bem como para o ajustamento saudável dos adolescentes. Estes podem construir e modificar os seus modelos internos à luz das novas experiências de interacção com os irmãos no sentido de uma maior adaptação na presença ou ausência da restante família. Note-se que, ainda de acordo com a teoria da vinculação (Ainsworth 1989), a relação entre irmãos pode apreender elementos de uma relação de vinculação, muito embora na fase da adolescência possa haver um maior ou menor afastamento derivado das diferenças de idade ou diferenças de género (Tucker, Barber & Eccles, 1997). Sob o ponto de vista clínico, a ligação entre os irmãos pode trazer repercussões positivas, sempre que as crianças ou adolescentes tenham tido uma base segura. Assim, face à exposição ao risco (como a negligência ou o abuso), a presença de figuras significativas como são os irmãos, muitas vezes tidos como portos seguros, pode facilitar a gestão adaptativa dos jovens (Fahlberg, 1991; Leavett, Gardner, Gallagher & Schamess, 1998). Os irmãos, geralmente do mesmo género, também se sentem mais confortáveis para partilhar e procurar ajuda entre si, sobretudo no que diz respeito a temas como namoros ou sexo (Tucker et al., 1997; Yeh & Lempers, 2004). East e Rook (1992) apontam que uma relação positiva com os irmãos constitui um factor protector para as crianças e adolescentes quando sujeitos a factores de stress como o isolamento e as dificuldades relacionais com os pares. Nesta sequência, Yeh e Lempers (2004) observam que a qualidade da ligação aos irmãos pode desempenhar um papel relevante no desenvolvimento psicossocial dos adolescentes. Realizando uma análise longitudinal, em três momentos (com intervalos de um ano), os autores concluíram que adolescentes que percebiam uma boa relação com os irmãos no momento 1 tendiam a ter uma maior auto-estima e um melhor relacionamento com os seus pares no momento 2, o que por seu turno se associava de forma positiva com menor solidão e depressão, menor uso de drogas e menos comportamentos delinquentes no momento 3 da análise. Os resultados mostraram uma bidireccionalidade entre a qualidade da relação com os irmãos e o estabelecimento de amizades com os pares. Lockwood, Kitzmann, Gaylord e Cohen (2002) sugerem, ainda, resultados semelhantes, na associação entre os níveis de stress, qualidade da ligação aos irmãos e rejeição dos pares, tendo constatado uma maior qualidade de ligação aos irmãos traduzia menores níveis de stress e percepção de menor rejeição dos pares.

Por conseguinte, na adolescência estes laços representam também uma fonte de ligação com a família, num jogo de individuação da dependência parental e de

procura de relações no exterior. Portanto, não pretendemos desvalorizar a qualidade da base segura construída no seio das figuras parentais, ao invés destacamos o papel central que a relação entre pais e filhos exerce para a construção dos modelos internos dinâmicos que potenciam a qualidade a relação entre os irmãos. Reese-Weber (2000; Reese-Weber & Kahan, 2005) vai ao encontro desta ideia, apontando que a relação entre a resolução dos conflitos interparentais e a resolução dos conflitos entre irmãos seria mediada pela qualidade da relação entre a mãe/ pai e o filho, respectivamente, assim como pelas estratégias de resolução de conflitos pais-filhos.

Desta feita, quando os adolescentes entram num processo de autonomia e individuação dos pais, e mesmo estando simultaneamente afectivamente ligados a estes, os irmãos tornam-se frequentemente uma fonte de procura de apoio no sentido de obter conselhos sobre as dificuldades que vão surgindo ao longo do seu percurso (Seginer, 1998; Tucker, Barber & Eccles, 1997). Esta questão é de todo relevante para a adaptação psicossocial e tem vindo a ser analisada transversalmente à configuração familiar, pelo que tanto adolescentes de famílias intactas, como adolescentes institucionalizados tendem a escolher os irmãos como figuras significativas primordiais depois dos pais (Mota, 2008).

Em suma, o cariz destes laços parece aportar segurança e criar oportunidades de aprender formas de regulação emocional e estratégias de *coping*, especialmente quando estão expostos a experiências disruptivas como o divórcio, a ausência das figuras parentais, ou os conflitos permanentes e não-resolvidos entre as figuras parentais (Cicirelli, 1995; Rowe & Gulley, 1992). Sob a perspectiva de intervenção clínica, o percurso desenvolvimental dos jovens é de todo relevante para o processo terapêutico, onde se inclui a dinâmica relacional com as figuras afectivamente significativas também para além dos cuidadores primários. Neste âmbito, a proximidade e intercâmbio afectivo na fratria permite a criação de portos seguros que constituem um suporte relevante no desenvolvimento pessoal dos jovens, facilitando nos mesmos a tarefa de desenvolvimento de processos resilientes face às dificuldades.

#### *A relação com os avós*

Historicamente os avós sempre foram considerados figuras de suporte em momentos designadamente difíceis como eram os períodos de guerra e pós-guerra (Szinovacz, 1998). Muitas experiências disruptivas, quer de ausências prolongadas ou falecimento das figuras parentais eram colmatadas pelo suporte e ajuda adicional dos avós. Em Portugal este percurso foi claro, até aos anos 70, marcado pela necessidade de suporte afectivo, económico e mesmo social dos filhos e netos. Os avós nunca deixaram de constituir figuras de apoio especialmente em situações de stress, tanto para os netos como para os filhos (Glass & Huneycutt, 2002). Esta questão tornou-se mais notória nos anos 80 e 90, aquando da revelação de uma nova onda de mudanças sociais, como sendo a independência laboral efectiva das mulheres ou as novas configurações familiares. Desta feita, o aumento do número de mulheres com um papel laboral activo, o aumento de divórcios, de mães soleiras, inclusive mães adolescentes surgiu como um novo desafio para a intervenção dos avós (Glass & Huneycutt, 2002). Com a maior proximidade entre avós e netos e face

às evidências do suporte activo que o seu papel vinha a acarretar, a natureza desta ligação começou a deixar de passar despercebida passando a suscitar interesse na comunidade científica (Johnson, 1988; Szinovacz, 1998). Desde então diversos estudos têm vindo a abordar a importância da figura dos avós no desenvolvimento e adaptação dos netos especialmente em situações particulares de disrupção familiar (e.g. Bridges, Roe, Dunn, & O'Connor, 2007; Lussier, Deater-Deckard, Dunn, & Davies, 2002; Mueller & Elder, 2003; Ruiz & Silverstein, 2007). Alguns investigadores sugerem ainda que o papel dos avós parece ter-se enfatizado à luz dos "quatro Ds": divórcio, deserção (abandono), droga, doença (na versão original dos autores, doença e/ou morte - *death*), razões que conduzem a vivências negativas no desenvolvimento das crianças e adolescentes (DeToldeo & Brown, 1995; Glass & Huneycutt, 2002).

Neste seguimento, King, Elder e Conger (2000) sublinham que os avós resultam numa influência positiva nas vidas dos netos, assumindo vários papéis enquanto cuidadores, conselheiros, companheiros de brincadeira, amigos e indubitavelmente como transmissores exímios da história familiar (Wiscott & Kopera-Fyre, 2000). Esta perspectiva sugere que a relação entre netos e avós, pautada por maior investimento afectivo, maior cumplicidade, partilha e dispêndio temporal pode ser relevante para o ajustamento das crianças e adolescentes. Neste sentido, o suporte que os avós proporcionam verifica-se quer de forma directa através do suporte pessoal, quer de forma indirecta através do suporte aos pais, o que permite aos últimos a redução do stress e o aperfeiçoamento das competências parentais (Hetherington & Kelly, 2002). Quando os avós se disponibilizam a tempo inteiro, os netos gozam de um maior benefício sob o ponto de vista de suporte emocional, o que se reflecte ainda numa menor sobrecarga para as figuras parentais. Note-se que já Werner e Smith (1982) atribuíam ao contacto entre avós e netos um dos mais significativos factores protectores face ao risco, particularmente se garantida a continuidade de cuidados durante os períodos de transição familiar como o divórcio. Alguns estudos têm vindo a reportar que os netos parecem estar mais significativamente próximos aos avós da parte da mãe do que do pai, facto que sucede na generalidade das situações, mas que se torna mais claro em situações de crise (Baltazar, Ribeiro & Matos, no prelo; Clarke & Roberts, 2004; Wood & Lioussis, 2007; Pollet, Nettle, & Nelissen, 2006). Na sua maioria a custódia tende a ser gerida pela figura materna pelo que os avós maternos representam uma importante fonte de apoio. Acrescido a este facto alguns estudos (Cherlin & Furstenberg, 1986; Dench, Ogg, & Thompson, 1999; Johnson, 1988; Lussier, Deater-Deckard, Dunn, & Davies, 2002) sugerem ainda que os avós maternos (especialmente as avós) costumam assumir um maior envolvimento na vida familiar e na ajuda do cuidado com os netos. Mais recentemente, Ruiz e Silverstein (2007) sugerem que a relação de suporte e proximidade com os avós contribui para a adaptação dos jovens, nomeadamente com a diminuição dos sintomas depressivos sobretudo com jovens cujos pais estão física ou emocionalmente ausentes.

De ressaltar que estudos comparativos entre configurações familiares apontam para o facto dos avós constituírem uma figura de eleição enquanto figuras

significativas percebidas pelos adolescentes, especialmente valorizadas por adolescentes de famílias divorciadas, embora também por adolescentes de famílias intactas (e.g., Mota, 2008). Portanto, esta questão torna-se particularmente relevante não só nas famílias que atravessam transições mas também nas famílias intactas cujas figuras parentais se encontram afectivamente indisponíveis, para além daquelas que se encontram disponíveis. Tal como fomos referindo ao longo deste trabalho, o conflito interparental continuado e não resolvido surge como um factor de risco para as crianças e adolescentes, uma vez que a recriação de modelos relacionais hostis, bem como a diminuição da disponibilidade parental, na sua continuidade e intensidade, podem dar origem à criação de bases pouco seguras (e.g. Mota, 2008; Moura & Matos, 2008; Santos, 2005). Nesta medida, a figura dos avós pode ter um papel relevante no estabelecimento de harmonia e estabilidade podendo constituir-se como fonte de procura de apoio dos netos quando a família atravessa momentos de desequilíbrio na sua dinâmica (Dunn, Davies, O'Connor, & Sturgess, 2001; King, Elder, & Conger, 2000). Neste contexto torna-se claro que o papel desempenhado pelos avós não pretende ser o mesmo dos pais, contudo com a continuidade do tempo tende a ser considerado fundamental ao assumir a responsabilidade do cuidado dos netos (Cox, 2003; Hayslip & Patrick, 2003). Edwards (1998, 2003) aponta que netos que experienciam acontecimentos negativos e subsequentemente manifestam dificuldades sócio-emocionais, bem como dificuldades académicas, podem levar os avós a desempenhar um papel mais atento no sentido de lhes potenciar trajectórias desenvolvimentais adaptativas, incluindo uma maior satisfação no contexto escolar (Goodman & Silverstein, 2002).

Por conseguinte, actualmente torna-se mais clara a preponderância do suporte aportado às crianças e adolescentes, sendo a participação dos avós uma realidade cada vez mais valorizada. Numa perspectiva evolutiva, os avós, embora como retrata a literatura, sempre presentes, actualmente têm vindo a ser reconhecidos enquanto elementos estruturantes no desenvolvimento pessoal dos netos. Assim, embora na sua grande maioria as figuras primordiais de procura de proximidade continuem a ser os pais, a relação privilegiada entre avós e netos que oscila entre um companheirismo e a percepção de um porto seguro parece contribuir para elevados níveis de proximidade emocional, potenciando o crescimento interno dos jovens (Attar-Schwartz, Tan & Buchanan, 2009).

Particularmente em situações de conflito, ressaltamos a importância da aprendizagem da resolução no seio parental, facto que não pode ser totalmente colmatado pela figura dos avós. Contudo, os avós, enquanto elementos significativos na vida emocional dos jovens, constituem também uma fonte de organização dos modelos internos dinâmicos. Por isso, desde logo crianças e adolescentes que mantêm uma proximidade afectiva com os avós, não só podem beneficiar da forma como estes resolvem adaptativamente as dificuldades, mas também podem gozar de uma base segura capaz de ajudar a exprimir e integrar as suas angústias e medos face a situações de risco, como sejam os conflitos interparentais (Ferguson, 2004). Esta dinâmica destaca-se ainda pelo papel mediador que os avós assumem face aos conflitos entre pais e filhos. Estando claro que esta relação traduz um benefício para os jovens,

não podemos todavia deixar de apontar alguns aspectos negativos que afectam a dinâmica familiar. A experiência clínica reporta que muitas vezes os avós interferem na relação pai-filho criando dissonâncias e incoerências no processo educativo, não só dificultando a resolução de conflitos, mas também assumindo-se como parte dos problemas. Não é estranho por isso que muitas vezes a relação com os avós desconstrua os limites que os jovens negociam com os pais, o que é desde logo saudável, todavia em situações extremas pode conduzir a um desencontro afectivo significativo, despoletado no seio dos jovens uma cisão da figura parental percebida como a que impõe limites de forma desfasada da que confere amor e protecção.

### Conclusão

Em jeito de síntese julgamos que, face à abordagem realizada em torno da noção de conflitos interparentais, bem como das suas implicações na vida emocional do sistema familiar, torna-se pertinente extrapolar algumas conclusões que poderão contribuir para a reflexão dentro da comunidade geral.

Nesta medida, os conflitos interparentais, enquanto fenómeno assumidamente presente na nossa sociedade, têm sido alvo de inúmeras investigações, das quais efectivamente se traduzem resultados no desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes. Cabe-nos todavia alertar para cada situação em particular posto que os conflitos interparentais são compostos por características que julgamos desempenharem um papel fundamental na vivência dos jovens. Tal como apontamos antes, a frequência, a intensidade, os conteúdos e especialmente os processos de resolução são de todo relevantes para a forma como os jovens percebem os padrões relacionais. Dependendo desta percepção, os jovens encontram-se susceptíveis para integrar modelos positivos ou negativos de si, dos outros e do conceito de relação. Pretende-se por isso que os conflitos interparentais sejam percebidos como formas de resolução de diferenças de ideias, opiniões, formas de estar e de ser, ao invés de exclusivamente situações ameaçadoras da integridade física e emocional da família. Sabemos também que a linha que separa estes dois lados da moeda pode ser ténue e nem sempre perceptível para os intervenientes. Justamente por isso parece relevante apostar na formação de fundo que parte desde a infância. Desde logo pais capazes de transmitir bases seguras que permitam às crianças sentir um apoio incondicional, apesar das dificuldades, deixa antever uma maior probabilidade para estas crianças desenvolverem processos resilientes ao longo do seu percurso vivencial. Nesta medida enfrentar conflitos interparentais e desenvolver formas de negociação interpessoal parecem ser estratégias privilegiadas para a resolução adaptativa, permitindo integrar o ponto de vista do outro, ao contrário da criação de estratégias menos saudáveis baseadas em qualquer tipo de defensividade ou hostilidade (Gonçalves, 2003). Algumas figuras significativas para além dos pais têm vindo a facilitar a consolidação de modelos positivos de resolução de conflitos. Os irmãos e avós assumiram um especial destaque neste capítulo por constituírem figuras afectivamente presentes no quotidiano dos jovens e cuja interacção se tem vindo a revelar fundamental no crescimento pessoal e na elaboração de formas de ser e de estar perante as dificuldades.

Por último, destacamos ainda que o conhecimento aportado pela investigação científica vem ao encontro de elementos fundamentais traduzidos pela base teórica, jogando um papel fundamental enquanto pano de fundo para a prática clínica. Esta questão permite-nos reflectir sobre a intervenção, estando cada vez mais conscientes e atentos aos mecanismos inerentes ao campo emocional que rodeia as relações. A abordagem dos conflitos interparentais é um exemplo disso, durante muito tempo condenada pela sua conotação negativa sem que os processos inerentes aos contextos fossem equacionados. Presentemente a prática clínica tende a assumir contornos distintos, sendo fundamental a desmistificação das implicações negativas dos conflitos interparentais, bem como a sua associação inevitável a situações de risco.

### Bibliografia

- Adler, A. (1993). *El carácter neurótico*. 2ª Ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares: uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alberto, I.M. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Almodovar, J. P. (1986). Construction et économie es liens raternels. *Le Groupe Familial*, 111, 4, 2-8.
- Ainsworth, M. D. S. (1969). Object relations, dependency, and attachment: Theoretical review of the infant-mother relationship. *Child Development*, 40, 969-1026.
- Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachment beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1269-1287.
- Amato, P. R. (2001). Children of divorce in the 1990s: An update of the Amato and Keith (1991) meta-analysis. *Journal of Family Psychology*, 15, 355-370.
- Amato, P. R., & Sobolewski, J. M. (2001). The effects of divorce and marital discord on adult children's psychological well-being. *American Sociological Review*, 66, 900-921.
- Attar-Schwartz, S., Tan, J.P., & Buchanan, A. (2009). Adolescents' perspectives on relationships with grandparents: The contribution of adolescent, grandparent, and parent-grandparent relationship variables. *Children and Youth Services Review*, 31, 1057-1066.
- Baltazar, G.P. & Ribeiro, I.G., & Matos, P.M. (no prelo). Relações intergeracionais: Percepções dos netos acerca das relações com os avós. *Psychologica*
- Banks, S., & Kahn, M. (1997). *The sibling bond*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment*. London: Penguin.
- Bowlby, J. (1969/91). *Attachment and loss, vol. I: Attachment*. London: The Hogarth Press.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss*. (Vol. II: Separation). New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. London: Basic Books.
- Bretherton, I. (2000). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. In Goldberg, S., Muir, R., & Herr, J. (Eds.). *Attachment theory: Social, developmental, and clinical perspectives*. London: The Analytic Press.
- Bridges, L. J., Roe, A. E. C., Dunn, J., & O'Connor, T. G. (2007). Children's perspectives on their relationships with grandparents following parental separation: A longitudinal study. *Social Development*, 16, 539-554.
- Brody, G. H. (1998). Sibling relationship quality: Its causes and consequences. *Annual Review of Psychology*, 49, 1-24.
- Brody, G. H., Stoneman, Z., & McCoy, J. K. (1992). Associations of maternal and paternal direct and differential behavior with sibling relationships: Contemporaneous and longitudinal analyses. *Child Development*, 63, 82-92.
- Buchanan, C. M. (1994). Patterns of children's response to parent's marital conflict. In E. M. Cummings. *Children and marital conflict: Processes of effect*. Symposium apresentado no Annual Meeting of the Midwestern Psychological Association, Chicago.
- Buchanan, C. M., Maccoby, E. E., & Dornbusch, S. M. (1996). *Adolescents after divorce*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bullock, B. M., & Dishion, T. J. (2002). Sibling collusion and problem behavior in early adolescence: Towards a process model for family mutuality. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 30, 143-153.
- Cherlin, A., & Furstenberg, F. F. (1986). *The new American grandparent: A place in the family, a life apart*. New York: Basic Books.
- Cicirelli, V. G. (1995). *Sibling relationships across the life span*. Plenum Press, New York.
- Clarke, L., & Roberts, C. (2004). Grandparenthood: Its meaning and its contribution to the quality of life of older people. In C. Hagan-Hennessy, & A. Walker (Eds.). *Growing older: Quality of life in old age* (pp. 188-208). Maidenhead, United Kingdom: Open University Press.
- Costa, M.E. & Matos, P.M. (2007). *Abordagem sistémica do conflito*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cox, C. B. (2003). Designing interventions for grandparent caregivers: The need for an ecological perspective for practice. *Families in Society*, 84, 127-134.
- Cox, M. J., Paley, B., & Hater, C. (2001). Interparental conflict and parent-child relationship. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.). *Interparental conflict and child development: Theory, research and application*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C., & Papp, L. M. (2004). Everyday marital conflict and child aggression. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 32, 191-202.
- Cummings, E. M. (1998). Children exposed to marital conflict and violence: Conceptual and theoretical directions. In G. Holden, B. Geffner & E. Jouriles (Eds.). *Children exposed to marital violence: Theory, research, and applied issues* (pp. 21-53). Washington, DC: American Psychological Association.
- Cummings, E. M., & Davies, P. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43, 31-63.
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (1994). Maternal depression and child development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 35, 73-112.
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process oriented-research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43, 31-63.
- Cummings, E. M., Davies, P., & Campbell, S. (2000). *Developmental psychopathology and family process: Theory, research and clinical implications*. New York: The Guilford Press.
- Dadds, M. R., Sanders, M. R., Morrison, M., & Rebetz, M. (1992). Childhood depression and conduct disorder: II. An analysis of family interaction patterns in the home. *Journal of Abnormal Psychology*, 10, 505-513.
- Davies, P., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116, 387-411.
- Dench, G., Ogg, J., & Thompson, K. (1999). The role of grandparents. In R. Jowell (Ed.). *British social attitudes: The 16th report* (pp. 136-156). Ashgate, United Kingdom: National Centre for Social Research.
- DeToledo, S., & Brown, D. (1995). *Grandparents as parents: A survival guide for raising a second family*. New York, NY: Guilford Press.
- Doyle, A. B., Markiewicz, D., & Hardy, C. (1994). Mothers' and children's friendships: Intergenerational associations. *Journal of Social and Personal Relationships*, 11, 363-377.
- Dunn, J. (1983). Sibling relationships in early childhood. *Child Development*, 54, 787-811.
- Dunn, J., Davies, L., O'Connor, T. G., & Sturgess, W. (2001). Family lives and friendships: The perspectives of children in step-, single-parent, and nonstep families. *Journal of Family Psychology*, 15, 272-287.
- Dunn, J., Slomkowski, C., & Beardsall, L. (1994). Sibling relationships from the preschool period through middle childhood and early adolescence. *Developmental Psychology*, 30, 315-324.
- East, P. L., & Rook, K. S. (1992). Compensatory support among children's peer relationships: A test using school friends, nonschool friends, and siblings. *Developmental Psychology*, 28, 163-172.
- Edwards, O. W. (1998). Helping grandkin-grandchildren raised by grandparents: Expanding psychology in the schools. *Psychology in the Schools*, 35, 173-181.
- Edwards, O. W. (2003). Living with grandma: A grandfamily study. *School Psychology International*, 24, 204-217.

- Emery, R. E. (1982). Interparental conflict and the children of discord and divorce. *Psychological Bulletin*, 92, 310-330.
- Emery, R. E., & Forehand, R. (1996). Parental divorce and children's well-being: A focus on resilience. In R. J. Haggerty, L. R. Sherrod, N. Garnezy & M. Rutter (Eds.), *Stress, risk, and resilience in children and adolescents: Processes, mechanisms, and interventions*. Cambridge: University Press Cambridge.
- Emery, R. E., & O'Leary, K. D. (1982). Children's perceptions of marital discord and behaviour problems of boys and girls. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 12, 411-420.
- Fahlberg, V. (1991). *A child's journey through placement*. Indianapolis: Perspectives Press.
- Ferguson, N. (2004). Children's contact with grandparents after divorce. *Family Matters*, 67, 36-41.
- Fernandes, O.M. (2002). *Semelhanças e diferenças entre irmãos*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fernandes, O.M., Alarcão, M., & Raposo, J. V. (2007). Posição na fratria e personalidade. *Estudos de Psicologia*, 24, 297-304.
- Fernández, T. (1996). La infancia delinquente y abandonada. In Borrás Llop (Ed.), *Historia de la infancia en la España contemporánea* (pp. 1834-1936). Madrid: Ministerio de Trabajo e Asuntos Sociales.
- Fincham, F. D. (1994). Understanding the association between marital conflict and child adjustment. *Journal of Family Psychology*, 8, 123-127.
- Franco, N., & Levitt, M. J. (1998). The social ecology of middle childhood: Family support, friendship quality, and self-esteem. *Family Relations*, 47, 315-321.
- Furman, W., & Giberson, R. (1995). Identifying the links between parents and their children's sibling relationships. In S. Shulman (Ed.), *Close relationships and socioemotional development*. Norwood, NJ: Ablex.
- Gayet, D. (1993). *Les relations fraternelles: approches psychologiques et anthropologiques des fratries*. Neuchâtel/ Paris: Delachaux et Niestlé.
- Glass, J. C., & Huneycutt, T. L. (2002). Grandparents parenting grandchildren: Extent of situation, issues involved, and educational implications. *Educational Gerontology*, 28, 139-161.
- Gonçalves, C.M. (2003). Escola e família: uma relação necessária e conflituosa. In M. E. Costa (Coord.), *Gestão de conflitos na escola*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Goodman, C., & Silverstein, M. (2002). Grandmothers raising grandchildren: Family structure and well-being in culturally diverse families. *The Gerontologist*, 42, 676-689.
- Gotman, A. (1990). L'impossible partage. *Autrement*, 112, 95-99.
- Grych, J. H. (1998). Children's appraisals of interparental conflict: Situational and contextual influences. *Journal of Family Psychology*, 12, 437-453.
- Grych, J.H., & Cardoza-Fernandez, S. (2001). Understanding the impact of interparental conflict on children: The role of social cognitive processes. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development. Theory, research and application* (pp. 9-38). New York: Cambridge University Press.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108, 267-90.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1993). Children's appraisals of marital conflict: Initial investigations of the cognitive-contextual framework. *Child Development*, 63, 215-230.
- Grych, J. H., Seid, M., & Fincham, F. D. (1992). Assessing marital conflict for the child's perspective: The children's perception of interparental conflict scale. *Child Development*, 63, 558-572.
- Hassoun-Lesienne, P. (1998). *L'envie et le désir: Les faux frères*. Paris: Éditions Autrement.
- Hayslip, B., & Patrick, J. H. (2003). *Working with custodial grandparents*. New York, NY: Springer.
- Hetherington, E. M. (1999). Should we stay together for the sake of the children? In E. M. Hetherington (Ed.), *Coping with divorce, single parenting, and remarriage* (pp. 93-116). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Hetherington, E. M., & Elmore, A. M. (2003). Risk and resilience in children coping with their parents' divorce and remarriage. In S. S. Luthar (Ed.), *Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities*. NY: Cambridge University Press.
- Hetherington, E. M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worst: Divorce reconsidered*. NY: Norton & Company.

- Hetherington, E. M., & Stanley-Hagan, M. (1999). The adjustment of children with divorced parents: A risk and resilience perspective. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 1, 129-140.
- Jenkins, J. M., & Smith, M. A. (1991). Marital disharmony and children's behavioral problems: Aspects of a poor marriage that affect children adversely. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 32, 793-810.
- Jenkins, J. M., & Smith, M. A. (1993). A prospective study of behavioural disturbance in children who subsequently experience parental divorce: A research note. *Journal of Divorce and Remarriage*, 19, 143-160.
- Johnson, C. H. (1988). *Ex familia: Grandparents, parents, and children adjust to divorce*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Johnston, J. R., Gonzalez, R., & Campbell, L. E. (1987). Ongoing postdivorce conflict and child disturbance. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 15, 497-509.
- Jouriles, E. N., Murphy, C. M., & O'Leary, K. D. (1989). Interspousal aggression, marital discord, and child problems. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 453-455.
- Katz, L. F., & Gottman, J. M. (1993). Patterns of marital conflict predict children's internalizing and externalizing behaviors. *Developmental Psychology*, 29, 940-950.
- King, V., Elder, G. H., & Conger, R. D. (2000). Wisdom of the ages. In R. D. Conger, & G. H. Elder (Eds.), *Children of the land: Adversity and success in rural America*. Chicago: University of Chicago Press.
- King, V., Elder, G. H., & Conger, R. D. (2000). Wisdom of the ages. In G. H. Elder, Jr., & R. D. Conger (Eds.), *Children of the land: Adversity and success in rural America*. Chicago: University of Chicago Press.
- M. Klein, & J. Rivière (1975). *Amor, ódio e reparação*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Kramer, L., & Kowal, A. (2005). Sibling relationship quality from birth to adolescence: The enduring contributions of friends. *Journal of Family Psychology*, 19, 503-511.
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, 49, 25-44.
- Leavett, K., Gardner, S., Gallagher, M., & Schamess, G. (1998). Severely traumatized siblings: A treatment strategy. *Clinical Social Work Journal* 26, 55-71.
- Lindsey, E.W., Colwell, M. J., Frabutt, J. M., MacKinnon-Lewis, C. (2006) Family conflict in divorced and non-divorced families: Potential consequences for boys' friendship status and friendship quality. *Journal of Social and Personal Relationships*, 23, 45-63.
- Lisboa, C., Koller, S. H., Ribas, F. F., Bitencourt, K., Oliveira, L., Porciuncula, L. P., & De Marchi, R. B. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 345-362.
- Lockwood, R. L., Kitzmann, K. M., Gaylord, N. K., & Cohen, R. (2002). Family stress and children's rejection by peers: Do siblings provide a buffer? *Journal of Child and Family Studies*, 11, 331-345.
- Lussier, G., Deater-Deckard, K., Dunn, J., & Davies, L. (2002). Support across two generations: Children's closeness to grandparents following parental divorce and remarriage. *Journal of Family Psychology*, 16, 363-376.
- Luthar S.S., & Goldstein A. (2004). Children's exposure to community violence: Implications for understanding risk and resilience. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33, 499-505.
- Luzes, P. (1976). Psicanálise e desenvolvimento da criança. In O. G. Pereira, J. C. Jesuino & L. Joyce-Moniz (Eds.), *Desenvolvimento psicológico da criança, vol.2*. (pp. 199-312). Lisboa: Moraes Editora.
- Maccoby, E., & Mnookin, R. (1992). *Dividing the child*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Magalhães, T. (2004). *Maus tratos em crianças e jovens*. 3ª Edição. Coimbra: Quarteto Editora.
- Masten, A. S., & Powell, J. L. (2003). A resilience framework for research, policy, and practice: Contributions from project competence. In S. S. Luthar (Ed.), *Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities* (pp. 1-25). New York: Cambridge.
- Matos, P.M. (2003). O conflito à luz da teoria da vinculação. In M. E. Costa (Coord.), *Gestão de conflitos na escola* (pp.143-191). Lisboa: Universidade Aberta.
- Matos, P.M., & Costa, M.E. (2004). Significações da perda e processo de luto no divórcio. *Psicologica*, 35, 11-24.

- McElwain, N. L., & Volling, B. L. (2005). Preschool children's interactions with friends and older siblings: Relationship specificity and joint contributions to problem behaviour. *Journal of Family Psychology, 19*, 486-496.
- Miljkovitch, R., (2004). A vinculação ao nível das representações. In N. Guedeney & A. Guedeney (Eds.), *Vinculação: Conceitos e aplicação*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mota, C. P. (2008). Dimensões relacionais no processo de adaptação psicossocial de adolescentes: vulnerabilidade e resiliência em institucionalização, no divórcio e em famílias intactas. *Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Doutor em Psicologia pela Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação*.
- Mota, C.P., & Matos, P.M. (2009a). Apego, conflito e auto-estima em adolescentes de famílias intactas e divorciadas. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, 22*, 317-325.
- Mota, C.P., & Matos, P.M. (2009b). Clinical implications of interparental conflict: Intervention with adolescents from different family contexts. Comunicação apresentada no 40th SPR International Meeting. Santiago do Chile, Chile.
- Mota, C.P., & Matos, P.M. (2010). Interparental conflict and individuation process in Portuguese emerging adults: The role of loyalty conflicts. Comunicação apresentada no 5th Congress of the European Society on Family Relations. Milan, Italy.
- Moura, O., & Matos, P. M. (2008). Vinculação aos pais, divórcio e conflito interparental em adolescentes. *Psicologia, 12*, 125-150.
- Mueller, M. M., & Elder, G. H. (2003). Family contingencies across the generations: Grandparent-grandchild relationships in holistic perspective. *Journal of Marriage and the Family, 65*, 404-417.
- Nascimento, I. (2003). A dimensão interpessoal do conflito na escola. In M. E. Costa (Coord.), *Gestão de conflitos na escola*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Parke, R. D., Kim, M., Flyr, M., McDowell, D. J., Simpkins, S. D., Killian, C. M., & Wile, M. (2001). Managing marital conflict: Links with children's peer relationships. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research, and applications* (pp. 291-314). Cambridge: Cambridge University Press.
- Patterson, G. R. (1982). *Coercive family process*. Castalia: Eugene, OR.
- Perner, J., Ruffman, T., & Leekam, S. R. (1994). Theory of mind is contagious: You catch it from your sibs. *Child Development, 65*, 1228-1238.
- Pollet, T. V., Nettle, D., & Nelissen, M. (2006). Contact frequencies between grandparents and grandchildren in modern society: Estimates of the impact of paternity uncertainty. *Journal of Cultural Evolutionary Psychology, 4*, 203-213.
- Rausch, J.L., Lovett, C., & Walker, C. (2003). Indicators of resiliency among urban elementary school students at-risk. *The Qualitative Report, 8*, 570-590.
- Reese-Weber, M. (2000). Middle and late adolescents' conflict resolution skills with siblings: Associations with interparental and parent-adolescent conflict resolution. *Journal of Youth and Adolescence, 29*, 697-711.
- Reese-Weber, M., & Kahan, J. H. (2005). Familial predictors of sibling and romantic-partner conflict resolution: Comparing late adolescents from intact. *Journal of Adolescence, 28*, 479-493.
- Reis, O., & Meyer-Probst, B. (1999). Scheidung der Eltern und Entwicklung der Kinder: Befunde der Rostocker Längsschnittstudie. In S. Walper & B. Schwarz (Eds.), *Was wird aus den Kindern? Chancen und Risiken für die Entwicklung von Kindern aus Trennungs- und Stieffamilien* (pp. 49-72). Weinheim: Juventa.
- Richardson, S., & McCabe, M. P. (2001). Parental divorce during adolescence and adjustment in early adulthood. *Adolescence, 36*, 467-489.
- Rowe, D. C., & Gulley, B. L. (1992). Sibling effects on substance uses and delinquency. *Criminology, 30*, 217-233.
- Ruiz, S. A., & Silverstein, M. (2007). Relationships with grandparents and the emotional well-being of late adolescence and young adult grandchildren. *Journal of Social Issues, 63*, 793-808.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry, 147*, 598-611.
- Rutter, M. (1999). Resilience concepts and findings: Implications for family therapy. *Journal of Family Therapy, 21*, 119-144.
- Santos, R.A. (2005). Conflito interparental e sensibilidade à rejeição: Implicações na vinculação romântica. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. *Dissertação apresentada para a obtenção de Grau de Mestre*.
- Schnarch, D. (2000). Desire problems: A systemic perspective. In S. Leiblum & R. Rosen (Eds.), *Principles and practices of sex therapy*. New York: Guilford Press.
- Seginer, R. (1998). Adolescents' perceptions of relationships with older sibling in the context of other close relationships. *Journal of Research on Adolescence, 8*, 287-308.
- Shifflett-Simpson, K., & Cummings, E.M. (1996). Mixed message resolution and children's responses to interadult conflict. *Child Development, 67*, 437-448.
- Soulé, M. (1990). Une dynamique originale. *Autrement, 112*, 67-70.
- Szinovacz, M. E. (1998). Grandparent research: Past, present, and future. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 1-20). Westport, CT: Greenwood Press.
- Tucker, C. J., Barber, B. L., & Eccles, J. S. (1997). Advice about life plans and personal problems in late adolescent sibling relationships. *Journal of Youth Adolescence, 26*, 63-76.
- Vandell, D. L., & Bailey, M. D. (1992). Conflicts between siblings. In C. U. Shantz & W. W. Hartup (Eds.), *Conflict in child and adolescence development* (pp. 242-269). New York: Cambridge University Press.
- Werner, E. E., & Smith, R. S. (1982). *Vulnerable but invincible: A study of resilient children*. New York: McGraw-Hill.
- Widmer, E. (1999). *Les relations fraternelles des adolescents*. Paris, PUF.
- Wiscott, R., & Kopera-Fyre, K. (2000). Sharing of culture: Adult grandchildren's perceptions of intergenerational relations. *International Journal of Aging and Human Development, 51*, 199-215.
- Wood, S., & Liossis, P. (2007). Potentially stressful life events and emotional closeness between grandparents and adult grandchildren. *Journal of Family Issues, 28*, 380-398.
- Wyer, R. S., & Carlston, D. (1994). The cognitive representation of persons and events. In R.S. Wyer & T.K. Srull (Eds.), *Handbook of social cognition* (pp. 41-98). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Yeh, H. C., & Lempers, J. D. (2004). Perceived sibling relationships and adolescent development. *Journal of Youth and Adolescence, 33*, 133-147.
- Zavaschi, M. L., Benetti, S. P., Polanczyk, G. V., Solés, N., & Sanchotene, M. L. (2002). Adolescents exposed to physical violence in the community: A survey in Brazilian public schools. *Revista Panamericana de Salud Publica, 12*, 327-32.